

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0051-51

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Centro Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF Vila Mariana**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2021. São Paulo, 28/02/2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Ativo Circulante	24.674.183,41	25.029.061,32	Passivo Circulante	25.613.482,34	25.029.061,32
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	160.082,89	735,33	Fornecedores (Nota 3.9)	23.551,08	36.296,26
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	7.590,57	41,99	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.10)	554.041,66	524.163,26
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	152.492,32	693,34	Salários a pagar (Nota 3.11)	312.344,30	203.758,77
Contas a Receber (Nota 3.3)	3.046.948,20	5.891.186,67	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	74.549,49	48.429,64
Valor a Receber – Secretaria de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	3.046.948,20	3.015.208,36	Provisão de férias (Nota 3.13)	452.177,13	330.767,58
Valores em Negociação – Convênio (Nota 3.3.2)	-	2.875.978,31	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	35.901,33	26.357,86
Outros Créditos (Nota 3.4)	433.193,60	399.321,39	Empréstimo a funcionário	-	-
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	45.806,26	26.876,02	Lei 10820/03 (Nota 3.16)	12.605,49	10.965,88
Antecipações salariais (Nota 3.4.2)	1.322,43	1.106,59	Impostos a recolher (Nota 3.14)	66.724,80	56.508,14
Antecipação de férias (Nota 3.4.3)	22.064,91	31.338,78	Benefícios	3.993,67	-
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.4)	364.000,00	340.000,00	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	46.209,40	21.140,71
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.5)	10.752,14	12.026,95	Outras contas a pagar (Nota 3.17)	576.759,84	108.283,38
Prêmios de seguros e outros a vencer	10.752,14	12.026,95	Estrutura SPDM	9.170,06	13.368,84
Estoques (Nota 3.6)	21.023.206,58	18.725.790,98	Convênios públicos a realizar (Nota 3.18)	1.586.761,31	4.983.844,40
Materiais de Nutrição	8.185,21	4.585,18	Obrigações com Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	20.915.805,44	18.665.176,60
Materiais de Farmácia	2.320,60	583,2	Arrendamento Mercantil (Nota 3.20)	942.887,34	-
Materiais de Almoço/Almoço	96.895,33	55.446,00	Passivo de Arrendamento	1.013.537,05	-
Operação com Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	20.915.805,44	18.665.176,60	Encargos financeiros a Transcorrer (70.649,71)	-	-
Ativo Não Circulante	1.407.719,87	1.006.104,18	Passivo Não Circulante	468.420,94	1.006.104,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	764.753,17	Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.8)	792.133,21	576.605,70
Valor Estimado – Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	-	764.753,17	Ajustes vida útil econômica - Bens Móvel de Terceiros (Nota 3.8.1)	(407.862,75)	(335.254,69)
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.8)	384.270,46	241.351,01	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.7)	-	764.753,17
Bens Móveis (Nota 3.8)	792.133,21	576.605,70	Arrendamento Mercantil (Nota 3.20)	84.150,48	-
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.8.1)	(407.862,75)	(335.254,69)	Passivo de Arrendamento - Bens Imóveis	84.975,15	-
Arrendamento Mercantil (Nota 3.20)	1.023.449,41	-	Encargos financeiros a Transcorrer (824,67)	-	-
Direito de Uso	1.747.665,21	-	Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Depreciação de Direito de uso - Bens Imóveis (724.215,80)	-	-	Resultado do Exercício (Nota 6)	-	-
Total do Ativo	26.081.903,28	26.035.165,50	Total do Passivo	26.081.903,28	26.035.165,50
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019	2020	2019	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			1 - Receitas	12.679.126,87	9.120.851,95
Superávit/ Déficit do exercício/período	-	-	1.1) Prestação de serviços	10.935.510,81	7.891.601,93
Ajustes para Conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			1.2) Outras Receitas	53.238,06	331,78
Depreciação e amortização	724.215,80	-	1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	1.690.378,00	1.228.918,24
Variações nos ativos e passivos			2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	3.399.551,97	1.994.511,11
(Aumento) Redução em contas a receber	2.844.238,47	7.137.839,21	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	182.300,00	108.883,37
(Aumento) Redução outros créditos	730.880,96	(1.102.312,27)	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.746.757,81	1.800.464,28
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	1.274,81	607,3	2.3) Perda/ Recuperação de valores ativos	214.669,51	13.563,41
(Aumento) Redução em estoques	(46.726,92)	(2.447,69)	2.4) Outros	255.824,65	71.600,05
(Aumento) Redução em fornecedores	17.133,22	379.474,77	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	9.279.574,90	7.126.340,84
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Convênio	(4.161.836,26)	(7.100.711,72)	4 - Retenções	724.215,80	-
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	770.794,87	(317.089,63)	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	724.215,80	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	142.919,45	148.045,19	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	8.555.359,10	7.126.340,84
Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento	1.027.037,82	-	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	979,84	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	2.049.932,22	(856.594,84)	6.1) Receitas Financeiras	979,84	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			7 - Valor Adicionado Total (5+6)	8.556.338,94	7.126.340,84
(-) Adição de Bens de Terceiros	(142.919,45)	(148.045,19)	8 - Distribuição do Valor Adicionado	8.556.338,94	7.126.340,84
(-) Direito de Uso	(1.747.665,21)	-	8.1) Pessoal e encargos	6.250.191,40	4.633.270,81
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.890.584,66)	(148.045,19)	8.2) Impostos, taxas e contribuições	101.068,60	98.115,91
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			8.3) Juros	263,46	99,17
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	8.4) Aluguéis	514.437,48	1.165.936,71
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	159.347,56	(1.004.640,03)	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.690.378,00	1.228.918,24
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	735,33	1.005.375,36	o Convênio 1397/2020 com vigência até 31/12/2020, e valor global estimado em R\$ 2.733.712,00 (Dois Milhões, Setecentos e Trinta e Três Mil, Setecentos e Doze Reais), tendo por objetivo incorrer despesas com Custeio - Prestação de serviços, material de consumo, recursos humanos e reforma predial para adequação de infraestrutura; e Investimento - Aquisição de equipamentos para implantação do aplicativo "Remédio Agora", infraestrutura de rede e dados (TI) e aquisição de itens patrimoniais para a Farmácia de Medicamentos Especializados do Município de Mogi das Cruzes. 1 - Imunidade Tributária. A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, a NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TG 26, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - (NBC T 2.1). As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.		
Saldo Final de Caixa e Equivalente	160.082,89	735,33	Nota de Aplicação*	Nº do Depósito	Taxa % CDI/Saldo em 31.12.2020 em R\$
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 2019			Banco Bradesco Vila Mariana	CDB	1262424518842 5,00% 1.302,06
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Características da Unidade Gerenciada. Inaugurado sob a gestão da SPDM em 05/03/2014, o Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica. Inicialmente integrou o núcleo de Gestão Assistencial - Várzea do Carmo, porém a partir de 01/07/2015 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM. Atualmente atende à demanda do município de São Paulo na dispensação de medicamentos de Alto Custo, Programa Fibrose Cística e Centros de Referência em aplicação de Toxina Botulínica e Imiglicerase. Tendo por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. Em 26 de Fevereiro de 2020 a SPDM em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) firmou o Convênio 571/2020, com vigência até 31/12/2020, e valor global estimado em R\$ 7.617.360,00 (Sete Milhões, Seiscentos e Dezessete Mil, Trezentos e Sessenta Reais) tendo por objetivo incorrer despesas com Custeio - Gestão da Farmácia de Alto Custo do CEAF Vila Mariana. Em 27 de Dezembro de 2019 foi firmado o Termo Aditivo nº 01/2019 ao Convênio 778/2016 celebrado em 30/12/2016 em parceria com a SES, com vigência até 31/12/2020, e valor global estimado em R\$ 56.494,24 (Cinquenta e Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos) destinado a Investimento - Aquisição de Equipamentos para implantação do aplicativo "Remédio Agora" na Farmácia de Alto Custo do CEAF Vila Mariana. Em 04 de Maio de 2020, a SPDM, através da unidade gerenciada, iniciou a gestão da Unidade de Farmácia de Medicamentos Especializados do Município de Mogi das Cruzes, atendendo aos pacientes moradores dos 10 municípios que compõem a Rede Regional de Atenção à Saúde 2 - Alto Tietê, a saber: Municípios de Arujá, Biritima Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano, incluindo a dispensação de medicamentos de Ação Judicial a pacientes portadores de diversas patologias, principalmente Diabetes tipo 1 e 2 e pacientes tratados nas clínicas de Hemodiálise dos municípios de Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano. No dia 15 de Julho de 2020 foi firmado, em parceria com a SES,					
			Banco do Brasil Vila Mariana	CDB /RDB	4200834775383 95,00% 1.001,26
			Banco do Brasil Mogi das Cruzes	CDB /RDB	3300834775465 95,00% 150.189,00
			Saldo em Aplicações Financeiras em 31.12.2020		R\$ 152.492,32
			(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitir que a qualquer momento sem a perda de juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. 3.3- Contas a Receber. A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais e a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1- Valores a Receber. O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (CP), relativos ao Convênios: 77/2016, 778/2016, 571/2020 e 1397/2020, celebrados entre a SPDM e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2020 os valores a receber representam o montante de R\$ 3.046.948,20.		
			Valores a Receber em 31.12.2020 (Em Reais)	Vencidos	A Vencer
					Saldo em 31.12.2020
			Custeio - Convênio 77/2016 Vila Mariana	1.269.561,88	-
			Custeio - Convênio 778/2016 Vila Mariana	1.142.605,32	-
			Custeio - Convênio 571/2020 Vila Mariana	-	634.780,00
			Custeio - Convênio 1397/2020 Mogi das Cruzes	-	1,00
			Total a Receber	2.412.167,20	634.781,00
			3.4 - Outros Créditos. São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. 3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores. Referem-se a valores pagos no mês corrente a fornecedores relativos a benefícios como vale transporte, e vale alimentação, os quais serão disponibilizados aos colaboradores somente no mês subsequente. O saldo em 2020 foi de R\$ 45.806,26. 3.4.2 - Antecipação Salarial. Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). 3.4.3 - Antecipação de Férias. A Instituição efetua antecipação de férias conforme pre-		
					continua...



►...continuação... vê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.4 – Outros créditos e adiantamentos.** Representam valores a títulos de créditos que não se enquadraram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **3.5 – Despesas Pagas Antecipadamente.** Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 – Estoques.** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R\$ 107.401,14.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2020	31.12.2019
Materiais do Nutrição	8.185,21	4.585,18
Materiais de Farmácia	2.320,60	583,20
Materiais de Almoxarifado	96.895,33	55.446,00
Materiais de Terceiros	20.915.805,44	18.665.176,60
Total	21.023.206,58	18.725.790,98

3.6.1 – Estoques de Terceiros. É composto exclusivamente por medicamen-

Descrição	Posição em 31/12/2019
Imobilizado - Bens de Terceiros	576.605,70
Bens Móveis	576.605,70
Equipamentos Processamento de Dados	90.788,30
Mobiliário em Geral	438.764,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	27.509,30
Aparelhos e Utensílios Domésticos	11.089,70
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	759,9
Equipamento para Audio Vídeo e Foto	7.694,50
Total Imobilizado - Terceiros	576.605,70

Descrição	Posição em 31/12/2019	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2020	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(335.254,69)	-	(72.608,06)	(407.862,75)	%
Bens Móveis	(335.254,69)	-	(72.608,06)	(407.862,75)	
Equipamentos Processamento de Dados	(68.763,28)	-	(14.465,92)	(83.229,20)	20,00
Mobiliário em Geral	(245.224,48)	-	(46.641,88)	(291.866,36)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(9.946,30)	-	(5.680,19)	(15.626,49)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(3.315,86)	-	(1.406,90)	(4.722,76)	10,00
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	(310,27)	-	(75,96)	(386,23)	10,00
Equipamento para Audio Vídeo e Foto	(7.694,50)	-	(4.337,21)	(12.031,71)	10,00
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(335.254,69)	-	(72.608,06)	(407.862,75)	

3.8.1 Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis. A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. **3.9 – Fornecedores.** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.10 – Serviços de Terceiros.** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, segurança e vigilância, portaria, manutenções, utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc. **3.11 – Salários a Pagar.** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 – Contribuições a Recolher.** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo recolhidos obedecendo ao princípio da competência. Eles são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e o FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.13 – Provisões de Férias e Encargos.** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.14 – Impostos a Recolher.** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, eles são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.15 – Obrigações Tributárias.** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2020 totalizou R\$ 46.209,40. **3.16 – Empréstimos Funcionários.** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuidade da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2020 foi de R\$ 12.605,49. **3.17 – Outras contas a pagar.** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.18 – Convênios públicos a realizar (Circulante e não Circulante).** De acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, Item 15A e ITG 2002- R1- Entidades sem Finalidades de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2020 representa R\$ 1.586.761,31. **3.19 – Outros Ativos e Passivos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.20 – Ativos e Passivos de Arrendamento Mercantil.** Em conformidade com o CPC 06 R2 - IFRS 16 os arrendatários devem reconhecer as obrigações de pagar ao arrendador como Passivo de Arrendamentos, no grupo Passivo e o direito de usar os Ativos subjacentes devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de Uso, no grupo Ativo Imobilizado, ambos a valor presente. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros dos alugueis foi adotada uma taxa incremental média, equivalente à taxa de juros dos demais contratos de financiamentos bancários, que é de 1,20% a m. Os custos dos contratos de arrendamento mercantil, apropriados em linha com CPC 06 (R2) gera uma distorção temporária comparados com fluxos de caixa. No entanto, o efeito é nulo ao fim do contrato. Ou seja, a soma das depreciações com os juros apropriados, conforme o IFRS 16 é igual às despesas de alugueis previstas no contrato. O quadro abaixo demonstra o efeito destas variações:

tos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2020 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 20.915.805,44 (Conforme evidenciado no quadro acima). **3.7 – Estimativas de Rescisão Contratual.** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral por parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio Indenizado	-	R\$ 424.183,42
Multa 50% FGTS	-	R\$ 340.569,75
Total	-	R\$ 764.753,17

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude de os custos com dispensa de pessoal serem cobertos pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.8 – Imobilizado – Bens de Terceiros.** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAF – Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisições realizadas com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2020
215.527,51	-	792.133,21
215.527,51	-	792.133,21
112.974,69	-	203.762,99
13.207,37	-	451.971,37
63.207,45	-	90.716,75
4.358,00	-	15.447,70
-	-	759,9
21.780,00	-	29.474,50
215.527,51	-	792.133,21

Descrição	Demonstração do efeito cumulativo dos contratos de arrendamento- IFRS 16, em 31/12/2020.			Total
	2020	2021	2022	
Custo /despesa com arrendamentos de imóveis	870.502,81	1.014.298,15	80.625,64	1.965.426,60
Depreciação do Direito de Uso	724.215,80	943.648,45	79.800,96	1.747.665,21
Juros sobre Arrendamentos	146.287,01	70.649,71	824,67	217.761,39
Variação entre caixa e resultado	3.588,41	761,10	(4.349,51)	-

4-Origem e Aplicação dos Recursos. As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Recitas Operacionais.** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição.** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 6.161.63. **4.2-Custos e Despesas Operacionais.** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 Doações Recebidas em Bens e**

8 – Relatório de Execução

Relatório de Execução do Convênio 2020 - Mogi das Cruzes						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total	-	722.428	-	3.813.038	-	4.535.466
Atendimentos Presencial - Total	-	17.531	-	94.918	-	112.449
Pacientes Atendimento Guichê/Presencial Alto Custo	-	10.650	-	30.622	-	41.272
Pacientes Atendimento Triagem	-	5.064	-	11.360	-	16.424
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora"	-	1.817	-	52.936	-	54.753
Atendimentos Ação Judicial - Total	-	67	-	517	-	584
Pacientes Atendimento Ação Judicial	-	67	-	517	-	584

* A Farmácia iniciou as suas atividades no mês de Maio/2020.

Relatório de Execução do Convênio 2020 - Vila Mariana						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total	-	13.396.235	-	10.110.797	-	23.507.032
Atendimentos Presencial - Total	-	187.320	-	134.223	-	321.543
Pacientes Atendimento Guichê/Presencial Alto Custo	-	107.296	-	44.988	-	152.284
Pacientes Atendimento Triagem	-	45.093	-	32.076	-	77.169
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora" *	-	34.931	-	57.159	-	92.090

* Início do atendimento Aplicativo "Remédio Agora" no mês de Fevereiro/2020

* **Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.**

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 – Vila Mariana			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses do Convênio	R\$ 7.585.621,16	R\$ 56.494,24	
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 41.341,83	R\$ 688,13	
Total das Receitas	R\$ 7.626.962,99	R\$ 57.182,37	
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	R\$ 4.931.159,04	-	
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	R\$ 3.348.536,62	R\$ 54.484,98	
Total das Despesas	R\$ 8.279.695,66	R\$ 54.484,98	
Relatório de Execução Orçamentária-Exercício 2020 - Mogi das Cruzes			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses do Convênio	R\$ 2.516.596,45	R\$ 217.114,55	
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 16.827,14	R\$ 282,50	
Total das Receitas	R\$ 2.533.423,59	R\$ 217.397,05	
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	R\$ 1.320.092,91	-	
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	R\$ 1.279.052,09	R\$ 54.484,98	
Total das Despesas	R\$ 2.599.145,00	R\$ 54.484,98	

Mercadorias. No exercício de 2020 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 53.238,06 a título de doações em mercadorias, como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70% INPM, Álcool 70% Antisséptico, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID- 19. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Convênios Vigentes em 2020		
Número do Convênio	Vigência	Valor Recebido em 2020
778/2016 – Vila Mariana	30/12/2016 à 31/12/2019	R\$ 603.041,16
TA 01/2019 – Vila Mariana (Investimento)	27/12/2019 à 31/12/2020	R\$ 56.494,24
571/2020 – Vila Mariana	26/02/2020 à 31/12/2020	R\$ 6.982.580,00
1397/2020 – Mogi das Cruzes (Investimento)	15/07/2020 à 31/12/2020	R\$ 217.114,55
1397/2020 – Mogi das Cruzes	15/07/2020 à 31/12/2020	R\$ 2.516.596,45
Total dos Convênios (Recebido)		R\$ 10.375.826,40

5- Patrimônio Líquido. Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2019 e 2020 respectivamente.

6 - Resultado Operacional. Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 10.407.566,24; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 59.139,60; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de (R\$ 10.987.810,62); encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de (R\$ 521.104,78). **6.1 Ênfase ao Resultado.** O desequilíbrio financeiro da Unidade Gerenciada ocorreu em virtude da ausência e inconstância dos repasses da parte da Secretaria de Estado da Saúde (SES), aumento da demanda de atendimentos, custos e despesas, além dos reajustes inflacionários para coberturas de dissídios e contratos com fornecedores. Esse desequilíbrio também está associado a absorção dos custos e despesas da Farmácia de Medicamentos Especializados do Município de Mogi das Cruzes, a qual iniciou suas atividades em 04 de Maio de 2020, porém celebrou um Convênio em parceria com a SES, apenas em 15.07.2020, tendo seus primeiros valores repassados em 06.08.2020. **7 – Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório dos atendimentos realizados. De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2020 o CEAF – Vila Mariana, apresentou a seguinte produção:

Linha de Atendimento	Total
Medicamentos Distribuídos	28.042.498
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo Total	434.576
Pacientes - Atendimentos Triagem	93.593
Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo	193.556
Pacientes – Atendimentos Aplicativo Remédio Agora	146.843
Pacientes – Atendimentos Ação Judicial	584

Relatório de Execução do Convênio 2020 - Mogi das Cruzes						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total	-	13.396.235	-	10.110.797	-	23.507.032
Atendimentos Presencial - Total	-	187.320	-	134.223	-	321.543
Pacientes Atendimento Guichê/Presencial Alto Custo	-	107.296	-	44.988	-	152.284
Pacientes Atendimento Triagem	-	45.093	-	32.076	-	77.169
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora" *	-	34.931	-	57.159	-	92.090

9 - Contribuições Sociais. Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 05 de Dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de Janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 1.690.378,00. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d")

continua... ►

►...continuação e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre Folha de Pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de Terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2020, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 1.317.605,09. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 977.760,26. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física, por não haver o pagamento desses serviços no exercício de 2020, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3-Isenção da Contribuição**

para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 325.434,40. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 234.924,28. **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento.** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária Nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento. Conforme classificação em conta específica o montante de imunidade com o PIS sobre a Folha de Pagamento representou no exercício de 2020, o valor de R\$ 47.338,51. **10 - Trabalho Voluntário.** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído

como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09; em 2019 estes valores apurados foram de R\$ 2.154,93. Em 2020 não houve outros trabalhos voluntários na unidade gerenciada. **11 - Exercício Social.** Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Diretor Presidente da SPDM
Relatório dos Auditores Independentes
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEFAP Vila Mariana) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração

é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apro-

pria e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes antes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios Líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)			A Administração	
Ativo	2020	2019	2020	2019
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	11.263	38.181	Fornecedores	7.112
Contas a receber de clientes	2.018	19.121	Passivos de operações de arrendamento	9.405
Estoques	2.116	1.985	Partes relacionadas	16.026
Impostos a recuperar	245	326	Adiantamentos de clientes	-
Partes relacionadas	12.575	16.840	Obrigações trabalhistas	6.122
Outras contas a receber	507	2.733	Impostos a recolher	4.049
Total do ativo circulante	28.724	79.186	Dividendos a pagar	3.815
Não Circulante			Outras contas a pagar	7.217
Impostos a recuperar	3.323	3.753	Total do passivo circulante	53.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.858	3.357	Não Circulante	
Depósitos judiciais e cauções	1.515	1.758	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.514
Partes relacionadas	21.651	24.817	Provisão para benefícios pós-empregos	23
Imobilizado	132.428	111.775	Passivos de operações de arrendamento	36.100
Direito de uso	43.744	41.221	Empréstimos com partes relacionadas	61.053
Intangível	1.491	1.734	Provisão para desmobilização de ativos	808
Total do ativo não circulante	208.010	188.415	Partes relacionadas	48.571
			Outras contas a pagar	21.842
			Total do passivo não circulante	170.911
			Patrimônio Líquido	
			Capital social	50
			Reserva legal	10
			Reserva de lucros	12.034
			Outros resultados abrangentes	(17)
			Total do patrimônio líquido	12.077
Total do Ativo	236.734	267.601	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	236.734

	2020	2019
Receita Líquida de Serviços	94.160	123.415
Custo dos serviços prestados	(77.862)	(69.214)
Lucro Bruto	16.298	54.201
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	833	1.181
Gerais e administrativas	(313)	(240)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.043	162
	11.563	1.103
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	27.861	55.304
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.295	1.555
Despesas financeiras	(5.333)	(10.092)
Variação cambial, líquida	(535)	(55)
	(4.573)	(8.592)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	23.288	46.712
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.525)	(15.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	499	(400)
Lucro Líquido do Exercício	15.262	31.121

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucros		Dividendos adicionais		Lucros acumulados		Outros resultados	
	social	legal	de lucros	propostos	acumulados	abrangentes	Total					
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	50	10	466	-	-	(30)	496					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.121	-	31.121					
Dividendos distribuídos	-	-	(311)	-	-	-	(311)					
Dividendos propostos	-	-	-	30.689	(30.689)	-	-					
Ganho na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	-	-	-	16	16					
Destinação para reserva de lucros	-	-	432	-	(432)	-	-					
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	50	10	587	30.689	-	(14)	31.322					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.262	-	15.262					
Dividendos distribuídos	-	-	-	(30.689)	-	-	(30.689)					
Distribuição propostos	-	-	-	-	(3.815)	-	(3.815)					
Perda na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	-	-	-	(3)	(3)					
Destinação para reserva de lucros	-	-	11.447	-	(11.447)	-	-					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50	10	12.034	-	-	(17)	12.077					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - Termag (a seguir denominado "Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito de concessão de exploração comercial de um terminal portuário localizado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de graneis sólidos e líquidos e de outras mercadorias afins e compatíveis.
2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é de R\$500 representado por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R\$50 e corresponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:

	Valor	%
Capital social subscrito	500	100,00
(-) Capital social a integralizar	(450)	90,00
Capital social integralizado	50	10,00

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada como segue:

Acionista	Ações ordinárias	%	Capital social a integralizar	Capital integralizado
Fertimport S.A.	300.000	60,00	300	(270)
Bunge Fertilizantes S.A.	100.000	20,00	100	(90)
Rumo Malha Norte S.A.	100.000	20,00	100	(90)
	500.000	100,00	500	(450)

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Constituída inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R\$ 12.034 (R\$ 31.276 em 2019), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador: Ulisses Eduardo de Oliveira - CRC BA 024834/O-6

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)		
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	15.262	31.121
Lucro líquido do exercício	15.262	31.121
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.438	19.242
Juros e empréstimos com partes relacionadas	3.148	7.801
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	2.047	2.286
Baixa de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	86	1.300
IR e CS correntes e diferidos	8.024	15.591
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	(833)	(1.181)
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	(249)	(9)
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	(13)	(430)
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	4.142	2.144
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	8	24
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	167	46
	51.227	77.935

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

Contas a receber de clientes	17.936	(8.605)
Estoques	(131)	(14)
Impostos a recuperar	511	(66)
Outras contas a receber	2.226	(357)
Depósitos judiciais e cauções	243	(274)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.374	700
Adiantamentos de clientes	(25)	(1.602)
Obrigações trabalhistas	(2.069)	(2.403)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(338)	-
Impostos a recolher	(1.999)	574
Outras contas a pagar	(5.615)	(5.957)
Partes relacionadas	71.705	(1.013)
Caixa proveniente das operações	135.045	58.918
Pagamento de juros sobre empréstimos	(89.424)	-
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(2.060)	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.764)	(15.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.797	41.568

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(31.272)	(3.209)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.272)	(3.209)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Contraprestação paga de arrendamento	(8.080)	(7.302)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(31.000)	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas	105.500	-
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	(100.863)	(466)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(34.443)	(7.768)

Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

Saldo no início do exercício	38.181	7.590
Saldo no fim do exercício	11.263	38.181

Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

	(26.918)	30.591
--	----------	--------